



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

312

ED na Ap Nº: 0311675-0

EMBARGANTE: Fernando Alves da Silva e Outros

EMBARGADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. PRETENSÃO DE REEXAME DA CAUSA. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS.

1. Trata-se de Embargos de Declaração interpostos em face de acórdão que negou provimento à apelação cível interposta pelos embargantes, mantendo, via de consequência, a sentença de primeiro grau que julgara improcedente o pedido de promoção “automática”, por antiguidade, à graduação de 3º Sargento e às graduações subseqüentes, sem a participação em curso de formação, ou a matrícula no Curso de Formação de Sargento da PMPE, com a consequente promoção para o grau hierárquico superior, após a sua conclusão com aproveitamento. 2. Conforme se depreende da leitura do acórdão embargado, e bem assim do respectivo voto condutor (que integra o acórdão), o *decisum* em tela é claro e suficiente por seus próprios termos, tendo decidido a questão em conformidade com a legislação que entendeu aplicável à matéria. 3. Como é cediço, fixada fundamentação suficiente à conclusão adotada no acórdão, desnecessário examinar, cada um de per si, dispositivos legais e argumentos que a parte entende aplicáveis à espécie. 4. Em verdade, “o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio” (STJ, AI 169.073/SP-AgRg, Rel. Min. José Delgado, DJU 17.8.98). 5. Verifica-se, de resto, que as razões recursais em verdade denotam o inconformismo dos embargantes com a decisão recorrida, corporificando pretensão de reexame da causa, propósito a que não se presta a via aclaratória. 6. Aclaratórios improvidos, à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0311675-0, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em conhecer dos aclaratórios, porém negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 13 de outubro de 2013 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

313  
no

ED na Ap Nº: 0311675-0

EMBARGANTE: Fernando Alves da Silva e Outros

EMBARGADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO E VOTO**

Trata-se de **Embargos de Declaração** interpostos por Fernando Alves da Silva e Outros em face de acórdão que **negou provimento** à **apelação cível** por eles interposta, mantendo, via de consequência, a sentença de primeiro grau que julgara improcedente o pedido de promoção "automática", por antiguidade, à graduação de 3º Sargento e às graduações subseqüentes, sem a participação em curso de formação, ou a matrícula no Curso de Formação de Sargento da PMPE, com a consequente promoção para o grau hierárquico superior, após a sua conclusão com aproveitamento.

Aduziram os embargantes, em suas razões recursais, que o acórdão embargado seria omissivo em relação aos seguintes temas: (i) o pedido de antecipação dos efeitos da tutela; (ii) o direito subjetivo à promoção; (iii) o princípio da irredutibilidade de vencimentos (artigo 37, XV, da Constituição Federal) e (iv) o princípio da legalidade estabelecido no art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

É o essencial a relatar.

O acórdão embargado restou assim ementado, *in verbis*:

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO AUTOMÁTICA PARA O GRAU HIERÁRQUICO SUPERIOR. IMPOSSIBILIDADE. MATRÍCULA EM CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS. NÃO-CABIMENTO. APELO IMPROVIDO.

1. De início, deixa-se de conhecer do agravo retido, porquanto não reiterado nas razões do apelo, nos termos do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil. 2. Na espécie, o cerne da lide reside em aferir se os autores/apelantes possuem direito subjetivo à promoção "automática", por antiguidade, à graduação de 3º Sargento PM ou à matrícula no Curso de Formação respectivo para tal finalidade. 3. O art. 100, § 10º, da Constituição do Estado de Pernambuco prevê que as promoções dos servidores militares serão feitas por merecimento e antiguidade, de acordo com o estabelecido em legislação própria. 4. Nesse contexto, a Lei Complementar Estadual nº 134/2008 foi editada no intuito de regular a carreira dos praças e dos oficiais de Administração e passou a estabelecer normas para a promoção por antiguidade e merecimento. 5. Da leitura do referido diploma, nota-se que é inviável o pleito de "promoção automática" à graduação superior, sem que os militares concluam o curso de formação respectivo com aproveitamento e preencham os demais requisitos previstos no art. 17 da LC nº 134/2008. 6. Ou seja, nem em tese se pode cogitar de que os apelantes, a partir do cômputo exclusivo dos seus tempos de serviço ativo, teriam direito à promoção por antiguidade. 7. Isso significa que a *tese autoral*, mesmo considerada no plano *exclusivamente de direito*, é insuscetível de conduzir à procedência da ação. 8. Por outro lado, nos termos da Lei Complementar nº 134/2008, a abertura de cursos de formação depende de uma programação das Corporações, que devem (i) observar a existência de vagas para cada cargo e (ii) convocar a abertura de seleção interna, em conformidade com os critérios previstos no aludido diploma complementar. 9. Diante de tais balizas, não é possível atender ao pedido de matrícula no Curso de Formação de Sargento PM. 10. Isso porque as provas trazidas aos autos não permitem a conclusão de que a Administração estaria se esquivando de realizar seleção interna





314  
20

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

para a abertura de cursos de formação ou que a teria deflagrado com inobservância aos ditames legais, convocando militares mais modernos, sendo certo que, a teor do art. 15 da Lei Estadual nº 6.784/74, a precedência entre policiais militares da ativa, do mesmo grau hierárquico, é assegurada pela antiguidade no posto ou na graduação, e que, pelo critério do merecimento, soldados podem participar do Curso de Formação de Sargento, nos termos do art. 12, *caput* e parágrafo único da LC nº 134/2008. 11. Ademais, bem é de ver que os apelantes *Severino Gomes Florêncio, José Fernando Xavier, Everaldo Brito da Silva, Antônio Alves de Freitas* concluíram o Curso de Formação de Cabo no ano de 2008 (cf. certificados acostados pelos próprios autores às fls. 34, 41, 49, 56), pelo que não detinham, a toda evidência, no ano de 2010, o interstício mínimo necessário à promoção, por antiguidade, para o grau hierárquico superior, de Terceiro-Sargento PM (como requerem na inicial), à vista do disposto no art. 17, II, "a" da LC nº 134/2008, que exige a permanência do Cabo na graduação por 03 (três) anos, no mínimo. 12. De outra parte, verifica-se do ofício da Diretoria de Gestão de Pessoas da PMPE (acostado por cópia às fls. 179) que o critério para o chamamento dos candidatos para o certame seletivo antecedente ao Curso de Formação de Sargentos foi o da ordem decrescente de antiguidade, tendo sido o último da relação de convocados o Cabo Alberto Carlos Bezerra da Silva, cuja promoção para Cabo se deu em 31 de outubro de 2003, ou seja, cinco anos antes dos apelantes concluírem o curso de formação que o habilitaram à promoção para o referido grau hierárquico. 13. Com efeito, os apelantes não demonstram qualquer irregularidade ou ilegalidade na abertura da seleção interna para o Curso de Formação de Sargento 2010. 14. Desse modo, não é possível visualizar no presente caso qualquer ilegalidade na conduta da Administração. 15. Apelação cível improvida, à unanimidade.

Conforme se depreende da leitura do acórdão embargado, e bem assim do respectivo voto condutor (que integra o acórdão), o *decisum* em tela é claro e suficiente por seus próprios termos, tendo decidido a questão em conformidade com a legislação que entendeu aplicável à matéria.

Como é cediço, fixada fundamentação suficiente à conclusão adotada no acórdão, desnecessário examinar, cada um de per si, dispositivos legais e argumentos que a parte entende aplicáveis à espécie.

Em verdade, "o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio" (STJ, AI 169.073/SP-AgRg, Rel. Min. José Delgado, DJU 17.8.98).

Verifica-se, de resto, que as razões recursais em verdade denotam o inconformismo dos embargantes com a decisão recorrida, corporificando **pretensão de reexame da causa**, propósito a que não se presta a via aclaratória.

Com esses fundamentos, conheço dos presentes embargos, porém **nego-lhes provimento**.

Recife, 03 de outubro de 2013.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator